

ATA Nº. 18

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 18-12-2020
--

---No dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Entroncamento, por **videoconferência**, nos termos do n.º 1, do artigo 3.º, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprovou medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARSCoV-2 e da doença COVID-19, na sua redação atual, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

--- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros:-----

--- Em representação do **Partido Socialista**: -----

--- Mário André Balsa Gonçalves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Ricardo José Pires Antunes, Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Fernando Jorge Vieira Maurício e Liliana Patrícia Gomes Rodrigues. -----

--- Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

--- António José Maia de Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Gil dos Santos Grácio, Carlos Alberto Alves da Silva, Manuel Adelino Lopes Tomás e Susana Paula de Matos Vieira da Cruz. -----

--- Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

--- Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Pedro Miguel da Silva Santos.-----

--- Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

--- Pedro Miguel Faria Gonçalves.-----

--- Em representação da **CDU-Coligação Democrática Unitária**:-----

--- António Silvino da Costa Ferreira.-----

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: ----

--- Rui Cardoso Maurício. -----

--- Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

--- Ezequiel Soares Estrada. -----

--- Estiveram presentes pela **Câmara Municipal** o Sr. Presidente Jorge Manuel Alves de Faria, a Sra. Vice-Presidente Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim e os Vereadores Srs. Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, José Miguel Filipe Baptista, Rui Vítor Pires Bragança e Sara Isabel Maia Cebola Florindo. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos.-----

--- Continuando, o senhor Presidente da Assembleia solicitou que, tendo em conta os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis. -----

--- Pediu ainda que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas, com a maior brevidade, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata.-----

--- Os trabalhos tiveram início com a **aprovação da ata número dezassete** relativa à Sessão Ordinária de 28 de setembro de 2020. Colocada a ata à aprovação, foi a mesma aprovada por unanimidade pelos senhores deputados presentes naquela Sessão.-----

--- Seguidamente e em solicitação de alguns Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Assembleia leu os resultados da eleição para Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, que teve lugar no passado dia 13 de outubro:-----
Número de eleitores – 30; votantes -27; votos brancos – 11; votos nulos – 4; votos válidos na candidatura de Maria Teresa Mourão de Almeida – 12.-----

De seguida passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Ferreira (CDU) que apresentou a seguinte MOÇÃO:** “**Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade:** Data de 1998 a aprovação da legislação que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade». Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, aqui se incluindo os serviços e organismos da administração local, cuja regulamentação nunca foi efectuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.-----

Já em 2008 a Lei n.º 12-A/2008, que revogou expressamente o Decreto-lei de 1998 inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável regulamentação fazendo com que mais de vinte anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação. -----

Veze sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, se procurou dar concretização à Lei determinando o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respectivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos.-----

Considerando que o Orçamento de Estado para 2021 veio finalmente assegurar a efectivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação directa, a AM de Entroncamento delibera:-----

1. Instar a CM a proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento passe a ser devido a partir de 1 de Janeiro de 2021, reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei que seja reconhecido o grau mais elevado de penosidade e insalubridade;---
2. Saudar os trabalhadores das autarquias pela luta que ao longo dos anos travaram pela concretização deste direito.”-----

Acerca desta Moção foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Carlos Matias (BE)** que referiu considerar esta Moção oportuna e justa e à qual o Bloco de Esquerda se associa.-----

--- **Ricardo Antunes (PS)** que anunciou o voto contra da bancada do Partido Socialista e referiu que a Câmara Municipal irá cumprir com o que for legislado nesta matéria.-----

--- **Manuel Faria (PSD)** que referiu que a bancada do PSD irá abster-se nesta votação.-----

--- Também o deputado **Pedro Gonçalves (CDS-PP)** declarou que o CDS-PP irá abster-se, mas irá fiscalizar o seu cumprimento quando a lei entrar em vigor.-----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU-----

--- Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocada à votação esta Moção apresentada pela CDU, tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com dez votos contra do Partido Socialista, seis abstenções do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, uma

abstenção do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- De seguida, o deputado **Pedro Gonçalves (CDS-PP)** apresentou também a seguinte “**MOÇÃO: Urbanismo de Qualidade?** O urbanismo é uma operação cujo objetivo é a transformação do espaço visando uma melhoria estética e da qualidade de vida, transmitindo sensações de segurança e conforto. Deste modo, define regras de interligação entre os elementos construídos e as várias partes da cidade, ou seja, a forma urbana. Para além de um instrumento de projeto é uma ação política, económica e social, prolongada no tempo. Atualmente, os instrumentos de gestão urbanística pressupõem uma rentabilização do espaço e a geração de lucros.-----

Para se poder analisar o urbanismo de uma cidade é preciso o contributo de várias disciplinas, tais como: história, a sociologia, a geografia, a ecologia, a pressão imobiliária, entre outras.

A nossa cidade, fruto da sua localização e da génese da mesma, cresceu e foi sendo edificada à medida das necessidades. Necessidades essas que muitas das vezes não acautelaram o crescimento a médio longo prazo da nossa cidade e que nos trouxeram até à cidade que temos hoje. Uma cidade que junta prédios urbanos com vários pisos com moradias unifamiliares. A esta falta de pensamento estratégico urbano, que se viveu no passado, podemos juntar à revisão infundável do Plano Diretor Municipal (PDM).-----

Hoje temos uma cidade pouco pensada em termos de urbanismo e com problemas difíceis de resolver.-----

Temos uma cidade onde em determinadas zonas temos autênticos labirintos para se circular de automóvel, uma cidade onde os jardins de algumas vivendas podem ser observadas de um terceiro andar, uma cidade que tem zonas onde ainda não há saneamento básico, uma cidade que tem loteamentos abandonados, tudo isto fruto de um passado.-----

Mas hoje, depois de podermos analisar e verificar os erros cometidos no passado que nos levaram até aqui, persistimos nos erros, deixamos arrastar o processo de revisão do PDM.--- Nos dias de hoje temos uma grande superfície, no meio de uma zona urbana (Avenida Dr Francisco Sá Carneiro), mas pior, temos um posto de combustível que atravessa a ciclovia, não uma, mas duas vezes. Mas como se não bastasse, aprovamos um restaurante com estacionamento e take away em automóvel, que volta a atravessar a mesma ciclovia novamente duas vezes.-----

Temos de ter em consideração que a ciclovia em causa (Avenida Dr Francisco Sá Carneiro), é usada para dar acesso ao parque desportivo, assim como ao parque verde do bonito. O que leva a ter uma utilização grande por parte de famílias com crianças, assim como de jovens que se deslocam para as suas atividades nos referidos parques.-----

O investimento era necessário, as estruturas eram necessárias, os postos de trabalho são necessários. Mas ainda assim a falta de pensamento estratégico na área do Urbanismo é algo que nos preocupa, haveria certamente outra solução que não levassem a uma pressão tão grande sobre a ciclovia assim como preservasse o urbanismo e a qualidade de vida dos cidadãos.-----

A ação política de hoje na área de urbanismo, irá ter os seus efeitos a perdurar por anos e anos. As tomadas de decisão hoje, vão ter consequências durante anos.-----

Assim sendo a assembleia municipal do Entroncamento manifesta o seu descontentamento com a demora da revisão do Plano diretor municipal, tal como o seu desagrado pelas políticas de urbanismo levadas a cabo pelo executivo municipal nos processos acima referidos. Ressalvando que considera que os investimentos são necessários e bem-vindos, mas que no futuro se possa chegar a um equilíbrio entre o investimento e o Urbanismo de qualidade e que promova a qualidade de vida dos seus munícipes.”-----

-- Acerca desta Moção foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Carlos Matias (BE):** Referiu que, embora as Moções do CDS-PP sejam sempre um pouco baralhadas, considera que esta Moção levanta questões pertinentes, como o atraso da aprovação do PDM e a implantação de zonas comerciais em zonas de vivendas, pelo que o Bloco de Esquerda irá votar a favor.-----

--- **Ricardo Antunes (PS):** Esclareceu que o Município não tem qualquer responsabilidade no PDM, a aprovação da revisão está dependente do parecer da APA, o Município também lamenta esta demora, pois trata-se de um instrumento importante para o concelho. A Câmara Municipal é também um garante da Lei, por essa razão disse não poder a sua bancada votar favoravelmente esta Moção.-----

--- **António Ferreira (CDU):** Referiu que o PDM que estava previsto para 10 anos está em vigor há 3 décadas. A culpa é do Município e das CCDR's que bloqueiam estes instrumentos. Irá abster-se pois acha injusto, dado que a responsabilidade tem 30 anos.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP):** É verdade que o CDS-PP sabe que o PDM não é culpa deste executivo. Não é de hoje, é do passado, queremos investimento bem feito na cidade. -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO DO CDS-PP:-----

--- Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocada à votação esta Moção apresentada pelo CDS-PP, tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com dez votos contra do Partido Socialista, cinco votos a favor do Partido Social Democrata, uma abstenção do deputado Carlos Silva do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária e dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Ainda no âmbito do PAOD, seguiram-se as seguintes intervenções:

--- **Pedro Santos (BE):** “Estive a ler o orçamento com algum cuidado. E penso que não encontrei nenhuma rubrica para as obras de cobertura do pavilhão municipal. O estado do telhado está cada vez pior e sempre que chove é ver o pavilhão cheio de baldes para apanhar a água. Além de ficar perigoso a prática de desporto, o chão do pavilhão está a danificar-se devido à água. Pergunto se está previsto alguma intervenção no espaço a curto prazo?”-----

--- **António Ferreira (CDU)** que referiu considerar preocupante para o Entroncamento a resposta do Secretário de Estado sobre a ferrovia. Entende ser pertinente a marcação de uma sessão da Assembleia Municipal apenas para debater as questões da ferrovia.-----

--- **Manuel Faria (PSD):** Sobre Segurança: “Pretendemos deixar aqui uma nota importante. Tomámos conhecimento pessoal de uma situação de violência doméstica. Em concreto, a polícia foi chamada, mas só chegou quase 1 hora depois. Na altura os dois polícias que chegaram ao local referiram que não tinham recursos humanos suficientes na esquadra. Igualmente referiram que não podiam entrar à força na casa, e mesmo que o fizessem e se verificasse que o agressor não estava bem mentalmente, não tinham ninguém que o levasse a um estabelecimento de detenção, psicológico ou outro.”-----

Sobre saúde: “Após as várias dificuldades que se registaram na vacinação da gripe e as que se registam hoje para obtenção de uma consulta ou simplesmente contactar o Centro de Saúde, verificámos que existe falta de médicos, e no Entroncamento existem 4.500 pessoas sem médico de família.”-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP):** Considera efetivamente preocupante a falta de investimento na ferrovia. Há um desvio de interesse para o norte, tememos a perda desta mais-valia para a nossa cidade. Solicita ainda ao Sr. Presidente da Câmara se pode aqui dar conhecimento dos dados reais da pandemia no Entroncamento.-----

--- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara** que, em resposta ao deputado Pedro Gonçalves, esclareceu que, como todos sabem, temos uma cidade com grande mobilidade, o que nos sujeita ao aumento de casos da Covid-19. Neste momento temos 30 pessoas infetadas e nas Escolas terminou hoje o isolamento de uma única

turma. Destaca o grande empenho do Agrupamento de Escolas para que tudo se venha resolvendo dentro da normalidade possível. Destaca também o trabalho das IPSS do concelho, que têm desenvolvido um trabalho notável dentro das instituições, o que permitiu chegarmos a esta altura apenas com alguns casos pontuais. Publicamente valorizou também os munícipes, que, com os seus comportamentos, têm ajudado em muito a conter esta epidemia, é um trabalho da consciência de todos.-----

Também em resposta ao deputado Manuel Faria, o Sr. Presidente da Câmara sugeriu que seja feita a identificação da hora em que aconteceu a situação de violência doméstica para que seja informado o Comando da PSP. Quanto a cidadãos sem médico de família, pensa que o nosso concelho está estabilizado, tivemos apenas um médico que se reformou e outro que foi transferido, mas os processos de substituição estão a decorrer. No que concerne à vacina da gripe, houve capacidade de resposta por parte da saúde pública, o que atrasou o processo foi a escassez de vacinas a nível nacional.-----

--- Quanto à questão colocada pelo deputado António Mascarenhas, referiu que o executivo não parou os investimentos. Na questão da água, temos vindo a investir fortemente para melhorar o sistema e o ambiente. O Entroncamento tem uma taxa de desperdício de 42%. Com estes investimentos, vamos reduzir substancialmente esta taxa.-----

--- No que respeita à Ferrovia, questão aqui colocada pelos deputados António Ferreira e Pedro Gonçalves, informou que o assunto tem andado em discussão com os responsáveis do Governo, já houve algumas reuniões, estamos a aguardar desenvolvimentos.-----

--- **Manuel Martins (PS):** “Desde a realização da anterior assembleia municipal, existem circunstâncias que não se alteraram, designadamente a pandemia provocada pela Covid-19 e que nos obrigam a fazer esta assembleia municipal neste formato invulgar e pouco confortável para todos, habituados que estávamos ao modo clássico. -----

Porém, apesar das vacinas que agora vão começar a ser distribuídas, ainda vai demorar algum tempo até a pandemia ser controlada pelo que estas medidas continuam a ser necessárias.-----

A propósito, há que reconhecer que considerando as características do nosso concelho, atenta a grande concentração demográfica e a grande mobilidade existente, os números relativos à Covid-19 são menos preocupantes do que seria expectável. Neste particular, temos que congratular a população pelo respeito pelas medidas, bem como o município e as escolas e todos os demais envolvidos, pelo empenhamento no combate à pandemia no concelho. Porém, é sempre importante reforçar que temos que continuar neste caminho.-----

Apesar disso, o mundo não parou e nossa cidade também não, antes pelo contrário.----- Exemplo disso é a distinção do Município do Entroncamento pelo Observatório de Autarquias Familiarmente Responsáveis com a bandeira de “Autarquia Familiarmente Responsável 2020”, tendo no presente ano sido reconhecidos apenas 81 municípios a nível nacional. Trata-se de um ato simbólico que premeia as autarquias que desenvolvem uma eficaz política de apoio e ajuda às famílias, reconhecendo as boas práticas em matéria de política familiar e distinguindo os municípios que investem na construção de uma política integrada de apoio à família. Não nos devemos mover por distinções, mas este é um reconhecimento importante e que esperemos conseguir manter.-----

Neste ano de grandes dificuldades para todos, a actividade comercial da nossa cidade também sentiu essas mesmas dificuldades, e é digno de registo o apoio dado pelo município ao comércio local, com a Campanha “Neste Natal... Compre no Comércio tradicional”, que consistiu na disponibilização de vales de compras por metade do seu valor facial, para utilização nos estabelecimentos aderentes (e que foram muitos) dinamizando e revitalizando o comércio local, contribuindo para a recuperação económica do setor, e simultaneamente apoiando os cidadãos,

nas suas compras nesta quadra, e num momento de dificuldade para tantas famílias. Aliás, o sucesso foi tal que, após a primeira emissão de vales ter esgotado, foi emitida uma segunda série que já se encontra à venda.-----

Também uma referência às cinco candidaturas de investimento ao PARES por IPSS's do concelho ou com investimentos previsíveis no concelho e que, caso sejam todas aprovadas, permitirá um investimento no concelho de cerca de 6,3 milhões de euros, nomeadamente o investimento previsto pela Liga dos Combatentes, que poderá proporcionar 100 postos de trabalho e 60 camas para apoio na área social.-----

Não posso também deixar de parabenizar o Dr. Carlos Amaro pela recente vitória nas eleições à Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, desejando-lhe um excelente mandato no comando dos destinos desta tão nobre instituição.-----

Uma referência ainda para o Dia Internacional do Migrante, que se comemora hoje e que o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, recém-criado neste município, decidiu assinalar com uma entrevista a duas migrantes residentes no Entroncamento, e em que o CLDS vai organizar sessões de literacia portuguesa para migrantes, demonstrando que somos uma cidade inclusiva e com olhos no futuro, e cuja história e passado recente assenta também em movimentos migratórios internos.” -----

--- **António Mascarenhas (PSD)**: “Em nome da bancada do PSD desejo a todos um Santo Natal e um melhor ano de 2021. Trago hoje, como fiz há um ano, uma chamada de atenção para todos, mas especialmente para o Presidente do Executivo, para o tema da água ao nível regional. É urgente tomar medidas com vista a planear uma intervenção na Bacia Hidrográfica do Tejo para fazer face às esperadas alterações climáticas. Estas medidas devem promover a subida dos níveis freáticos sob pena de se entrar numa desertificação acelerada na nossa região. Ao nível da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo pouco se está a fazer.-----

Por fim e sobre a baixa da cidade, zona cujo eixo é a rua pedonal e que inclui o Largo José Duarte Coelho, Praça Salgueiro Maia, parte da Avenida Vítor das Neves e várias ruas próximas, quero chamar a atenção para a necessidade de um Plano de Requalificação que torne este ex-libris da cidade, ao mesmo tempo, centro comercial, local de passeio e encontro e que por isso se deve “vestir” com alegria e beleza nos períodos de festividade. A requalificação que refiro deve incluir aspetos técnico-funcionais, por exemplo solucionar os problemas das cheias da Ribeira de Sta. Catarina e resolver algumas questões urbanísticas que incluam soluções para edifícios sem utilização e em mau estado de conservação bem como espaços sem utilidade. O embelezamento da baixa da cidade deve fazer parte deste programa, retomando os “jogos de água” e acrescentando outros elementos criadores de efeito motivador para empresários, clientes, jovens e idosos e da população em geral. Com a ciência e a ajuda de Deus o COVID terminará e é hora de pensar na revitalização da vida na cidade.” -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não tendo havido inscrições para a Intervenção do Público, conforme estipulado no Edital de 9 de dezembro de 2020 e nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 28/20, de 28 de julho, o Sr. Presidente da Assembleia passou de imediato aos pontos da Ordem de Trabalhos.--

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu este ponto, para apreciação, o qual iniciou com as seguintes intervenções:-----

--- **Carlos Matias (BE)** que questionou se o terreno para a nova esquadra está assegurado.----

--- **Manuel Faria (PSD):** “Gostaríamos de saber se o Sr. Presidente nos pode informar sobre os processos jurídicos referenciados na Informação do Município, em concreto o caso da PMLJ e da Mota Engil contra o Município. Que processos são estes, a que se referem e qual o atual estado?”-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)** que questionou quantas empresas estão agora no CENPRE.--

--- Nesta altura, **o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara**, que começou por responder ao deputado Carlos Matias, referindo que existe um acordo com o proprietário do terreno para a cedência do lote, cujo loteamento fazia parte da bolsa de imóveis do Novo Banco, o qual vamos agora concretizar.-----

--- Respondendo também ao deputado Manuel Faria, informou que são dois processos colocados à Câmara Municipal relativamente a gastos com o anterior executivo, sem que tivessem sido desenvolvidos os procedimentos formais adequados. Só poderão ser pagos se formos condenados pelo Tribunal. Defenderemos sempre os interesses do Município sem olhar à origem destas situações. Em caso de condenação, reservamo-nos, no entanto, o direito de solicitar o ressarcimento aos responsáveis.-----

--- Informou o deputado Pedro Gonçalves que no CENPRE temos atualmente a funcionar o CLAIM (Centro Local de Apoio aos Migrantes) e o GIP, que desempenha aqui quase todas as funções do Centro de Emprego.-----

--- Também em resposta ao deputado Pedro Santos, referiu que a Câmara Municipal ainda não decidiu o que fazer em relação à cobertura do Pavilhão Desportivo. Estamos a analisar e a estudar o problema, esperamos a breve prazo clarificar qual a melhor intervenção.-----

--- **O Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra para informar também o seguinte:-----

- A Câmara Municipal está a concluir com as IPSS as candidaturas ao Programa PARES, onde se incluem a Santa Casa da Misericórdia, o Lar dos Ferroviários, a Liga dos Combatentes, o CERE e a Encoprof;-----

- O Município foi distinguido “Autarquia Familiarmente Responsável”, é uma distinção que temos obrigação de manter; -----

- Atribuímos bolsas de estudo ao ensino superior, académicas e de excelência;-----

- Temos um conjunto de obras já executadas ou em execução, como a Rua Eng.º Ferreira de Mesquita, as Margens do Bonito, o Parque Empresarial, a Eficiência Hídrica, a Recuperação do Bairro Camões, a ARU3, a repavimentação da Estrada dos Riachos, a Pista de Atletismo e a Eficiência Energética das Piscinas;-----

- Realçou ainda o facto de ter sido dada razão ao Município quanto à penalização de devolução de 784.000€ indevidamente usados, na ótica da Agência de Coesão. Não foi responsabilidade nossa, mas afrontámos. Temos reduzido a despesa.-----

PONTO NÚMERO DOIS-----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS – SAÚDE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NÃO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS, ao abrigo do disposto no art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;-

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, sintetizando que se trata de aprovar a Proposta de não exercício de competências na área da Saúde, para o ano de 2021, no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais, atenta a ausência de resposta esclarecedora às dificuldades apontadas pelo Município na identificação dos encargos a assumir com essa transferência, sem prejuízo da eventual revisão da situação mediante a clarificação dessas dúvidas.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, na reunião ordinária realizada em 19 de outubro de 2020.-----

--- Sobre este ponto foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Ferreira (CDU):** Informou que a CDU votará favoravelmente esta e as duas propostas seguintes. Tratou-se de uma má decisão.-----

--- **Fátima Roldão (BE):** Também nos pronunciamos já sobre as três propostas. O Bloco de Esquerda sempre afirmou que o processo de transferência de competências para as Câmaras Municipais e Comunidades Intermunicipais não devia ser feito sem as devidas contrapartidas do Estado. Por outro lado, cria condições para que os serviços essenciais, como é o caso dos cuidados de saúde, que devem ser universais e iguais para todos, tenham diferentes níveis de prestação, consoante a capacidade financeira dos diversos municípios. Por estas razões de princípio sempre fomos contra estas transferências.”-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP):** O CDS-PP pronuncia-se já também sobre os três pontos. Não somos adeptos deste tipo de descentralização que o Governo tentou fazer, pois não acreditamos que tal possa acontecer sem o respetivo envelope financeiro.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS-----

--- O ponto número dois foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO TRÊS-----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS – EDUCAÇÃO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NÃO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS, ao abrigo do disposto no art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto:-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, sintetizando que se trata de aprovar a Proposta de não exercício de competências na área da Educação, para o ano de 2021, no âmbito da transferência de competências para as autarquias locais, atenta a ausência de resposta esclarecedora às dificuldades apontadas pelo Município na identificação dos encargos a assumir com essa transferência, sem prejuízo da eventual revisão da situação mediante a clarificação dessas dúvidas.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, na reunião ordinária realizada em 19 de outubro de 2020.-----

--- Não tendo havido intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia passou de imediato à votação do ponto:-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS-----

--- O ponto número três foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da CDU e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO QUATRO-----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS – AÇÃO SOCIAL – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NÃO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS, ao abrigo do disposto no art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto:-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, sintetizando que se trata de aprovar a Proposta de não exercício de competências no domínio da Ação Social, para o ano de 2021, no

âmbito da transferência de competências para as autarquias locais, atenta a complexidade desta transferência e das áreas de intervenção.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, na reunião ordinária realizada em 19 de outubro de 2020.-----

--- Não tendo havido intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia passou de imediato à votação do ponto.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO-----

--- O ponto número quatro foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da CDU e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO CINCO-----

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE CARGOS DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 2.º E 3.º GRAU - UM LUGAR DE CHEFE DE DIVISÃO DE INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, UM LUGAR DE CHEFE DE UNIDADE DE CULTURA E ARQUIVO MUNICIPAL, UM LUGAR DE CHEFE DE UNIDADE DE RECURSOS HUMANOS E UM LUGAR DE CHEFE DE UNIDADE DE ÁGUAS E SANEAMENTO, nos termos do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atualizada da Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, com as adaptações introduzidas pelos artigos 12.º e 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo tratar-se de autorizar a abertura do procedimento concursal e a composição dos júris respetivos, para recrutamento e seleção de cargos de dirigentes intermédios de 2.º e 3.º grau do Município - um lugar de Chefe de Divisão de Investimentos e Desenvolvimento Económico, um lugar de Chefe de Unidade de Cultura e Arquivo Municipal, um lugar de Chefe de Unidade de Recursos Humanos e um lugar de Chefe de Unidade de Águas e Saneamento, nos termos do disposto no art.º 21.º da lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atualizada da lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, com as adaptações introduzidas pelos artigos 12.º e 13.º da lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.-----

--- A composição dos respetivos júris é a seguinte:-----

Júri do procedimento do Chefe de Divisão de Investimentos e Desenvolvimento Económico

Presidente - Dr. Hugo Miguel Carrondo Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão Financeira.--

1.º Vogal - Arq.º Rafael Maia de Matos Domingos, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos----

2.º Vogal – Dr.ª Maria Fernanda Pires Aparício, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Tomar-----

Vogal Suplente – Arq.º Francisco Pontes Varanda Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras. -----

Júri do procedimento do Chefe de Unidade de Cultura e Arquivo Municipal -----

Presidente - Dr. Hugo Miguel Carrondo Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão Financeira ---

1.º Vogal – Dr.ª Maria de Fátima Matos da Rosa, Chefe de Unidade de Serviços Jurídicos-----

2.º Vogal – Dr.ª Maria Fernanda Pires Aparício, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Tomar -----

Vogal Suplente – Arq.º Rafael Maia de Matos Domingos, Chefe de Divisão de Serviços Urbanos.

Júri do procedimento do Chefe de Unidade de Recursos Humanos -----

Presidente - Dr.ª Maria de Fátima Matos da Rosa, Chefe de Unidade de Serviços Jurídicos -----

1.º Vogal - Dr. Hugo Miguel Carrondo Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão Financeira -----

2.º Vogal – Dr.ª Maria Fernanda Pires Aparício, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Tomar. -----

Vogal Suplente – Eng.ª Cláudia Roussado Martins, Chefe de Unidade de Ambiente e Espaços

Verdes.-----
Júri do procedimento do Chefe de Unidade de Águas e Saneamento -----
Presidente - Arq.º Francisco Pontes Varanda Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras -----
1.º Vogal - Dr. Hugo Miguel Carrondo Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão Financeira -----
2.º Vogal – Dr.ª Maria Fernanda Pires Aparício, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Tomar -----
Vogal Suplente – Eng.ª Cláudia Roussado Martins, Chefe de Unidade de Ambiente e Espaços Verdes.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, na reunião ordinária realizada em 2 de novembro de 2020.-----

--- Não tendo havido intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia passou de imediato à votação do ponto:-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO-----

--- O ponto número cinco foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da CDU e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO SEIS-----

TAXA DE IMI RESPEITANTE AO ANO DE 2020 A LIQUIDAR EM 2021, ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, sintetizando deste modo a proposta a apreciação e votação: trata-se de deliberar relativamente aos seguintes pontos:-----

Ponto 1 -Manter em 0,35%, o valor da Taxa de IMI respeitante ao ano de 2020, a liquidar em 2021;-----

Ponto 2 – Manter a redução da Taxa de IMI atendendo ao n.º de dependentes (valor de **70,00€** para situações com 3 ou mais dependentes); -----

Ponto 3 – Isenção de IMI **por um período de 5 anos** para Incentivos à Reabilitação Urbana.

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por maioria, na reunião ordinária realizada em 2 de novembro de 2020.-----

--- Sobre este ponto foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Ferreira (CDU)**: Iremos votar contra pelo mesmo motivo já apontado em anos anteriores. As famílias numerosas devem ser apoiadas tendo em conta critérios fiscais e não sendo cegamente beneficiadas, deixando de fora outras famílias igualmente numerosas que não têm casa própria. Não quer dizer que não deverão haver apoios, mas deve ser o Estado a fazê-lo com cálculos rigorosos que beneficiem todos de forma justa, através das declarações de rendimentos.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)**: O CDS-PP lamenta que continuemos a não aumentar os escalões para as famílias numerosas. O IMI tem apenas como objetivo o financiamento dos Municípios, mas devemos premiar as famílias que querem continuar a crescer na nossa cidade. Agrada-nos a introdução de um escalão, mas achamos pouco.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS-----

--- O ponto número seis foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos contra do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto contra da CDU e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

--- O deputado **Pedro Santos (BE)** apresentou a seguinte declaração de voto:-----
“O Bloco de Esquerda votou contra porque considera que, em ano de tantas dificuldades económicas para as famílias, o município deveria de dar um sinal de apoio aos orçamentos

familiares, reduzindo a taxa do IMI, ainda que sem afetar drasticamente as receitas do município. -----

De resto, essa opção prosseguiria o caminho de baixa da taxa do IMI, encetado pela maioria PS, mas caminho esse que já parou há anos.-----

A proposta que o BE apresentou na Câmara de redução da taxa do IMI para 0,33 cumpria o objetivo que propugnámos, disponibilizando cerca de 160 mil euros para as famílias, em 2021. -----

Essa proposta do BE -- que foi rejeitada na Câmara Municipal--- era a que hoje votaríamos favoravelmente. A que aqui chegou para aprovação parece-nos inadequada, razão porque a rejeitámos.”-----

PONTO NÚMERO SETE-----

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2021, ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, recordando que, nos termos do n.º 1 e 2 do art.º 26.º da lei 73/2013, de 3/9, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018 de 16/8, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, cuja informação deve ser comunicada via eletrónica à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira até 31 de dezembro, propondo a Câmara aplicar neste ano, a participação de 5% no IRS, a liquidar no ano de 2021. -----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, na reunião ordinária realizada em 2 de novembro de 2020.-----

--- Sobre este ponto foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP):** Sabemos que é uma fonte importante de rendimento para o Município, mas deveríamos ter continuado no seguimento do apoio às famílias, seria um sinal de que estamos do lado delas.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE-----

--- O ponto número sete foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO OITO-----

LANÇAMENTO DA TAXA DE DERRAMA – COBRANÇA EM 2021 RELATIVA AO PERÍODO DE 2020, ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

---O Sr. Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, sintetizando assim a proposta da Câmara: nos termos do n.º 1 do art.º 18.º da lei 73/2013, de 3/9, com as alterações introduzidas pela Lei 51/2018, de 16/8, é proposto à Assembleia Municipal fixar o valor da taxa de derrama às empresas, com base na criação líquida de postos de trabalho, a cobrar em 2021, e relativa ao ano de 2020, em 1,5%, bem como a aprovação dos incentivos à criação líquida de postos de trabalho nos termos e condições já definidos em anos anteriores: redução de 1/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho até 35% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior; redução de 2/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho entre 36% e 75% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior; redução de 3/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho superior a 75% sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior. -----

A Câmara Municipal aprovou este assunto, por maioria, na reunião ordinária realizada em 2 de novembro de 2020.-----

--- Sobre este ponto foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Fátima Roldão (BE):** “O Bloco de Esquerda há muito tempo que vem defendendo uma taxa de derrama diferenciada para grandes e pequenos negócios, protegendo estes com uma taxa mais baixa. O PS não tem entendido assim, aplicando taxa igual para todos, acompanhada de suposta redução a quem promova a criação de postos de trabalho, uma redução inexistente na prática, dado que até agora não foi aplicada. Entretanto, para reduzir a taxa de derrama, o regulamento em vigor amarra-nos a essa tal ilusória criação de postos de trabalho. Neste momento, as empresas deveriam ser antes apoiadas para manter os postos de trabalho. No quadro regulamentar existente, a alternativa para apoiar as empresas que hoje estão ameaçadas pelo contexto pandémico, resta-nos apoiá-las a todas por igual, reduzindo para todas a taxa de derrama que vem sendo aplicada ao máximo pela gestão do PS. Foi o que o BE avançou na Câmara Municipal, propondo a baixa de derrama de 1%. Esta seria a proposta que votaríamos favoravelmente, se não tivesse sido chumbada pelo executivo. Esta proposta parece-nos excessiva, pelo que não a aceitamos.”-----

--- **António Mascarenhas (PSD)** “A bancada do PSD vota contra a proposta de taxa de derrama em concordância com os vereadores do partido que concordaram com uma redução da taxa para 1% tendo em conta o ano difícil que atravessam os empresários e como elemento de atração de novas empresas.”-----

--- **Ricardo Antunes (PS):** A derrama incide sobre o lucro. Qualquer empresa que tenha lucros neste momento é porque ultrapassou a questão da pandemia com a positividade possível. Deverá ser favorecido quem invista no concelho e crie postos de trabalho. É premente aproveitar o Quadro Comunitário, mas será uma receita muito reduzida, em virtude do ano económico que tivemos.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO-----

--- O ponto número oito foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos contra do Partido Social Democrata, três votos contra do Bloco de Esquerda, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO NOVE-----

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS, ATÉ 625.000€, PARA INVESTIMENTO, ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo tratar-se de:-----

a) Autorizar o Município a efetuar a contratação de um empréstimo a médio e longo prazos até ao montante de 625.000€ para financiar o investimento “Melhoria do Desempenho Energético (2.ª fase) – Iluminação Pública”;-----

b) Autorizar a respetiva adjudicação ao Banco BPI, que apresentou as condições mais vantajosas para o Município;-----

c) Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos investimentos em causa;--

d) Conceder autorização prévia para o desenvolvimento destes projetos.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, nas reuniões ordinárias realizadas em 16 de novembro e 9 de dezembro de 2020.-----

-- Sobre este ponto foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Carlos Silva (PSD)** que pediu a palavra para perguntar, uma vez mais, “se este empréstimo de 625.000 € para beneficiação da iluminação pública, deveria ser considerado investimento ou contração de dívida.-----

Depois de fazer a leitura de uma pequena notícia de jornal onde se lia, referente ao município da Lourinhã, “Câmara inaugurou investimentos de mais de 1,2 milhões de euros na

requalificação de escolas e de um pavilhão polidesportivo”, perguntou se este tipo de atuação por parte das Câmaras deveria ser considerado uma coisa ou outra, dependendo do partido político que as governa.-----

Quando agora estamos aqui a aprovar este empréstimo, que é para bem da população e do ambiente e, por isso, o PSD vai votar favoravelmente, é-nos dito que é um investimento; quando, no passado, a Câmara liderada pelo PSD fez rigorosamente o mesmo, é agora catalogada pelo PS como contração de dívida. Em defesa da verdade temos que esclarecer estas duas perspetivas diferentes do PS apenas porque foram promovidas por si ou pelo PSD. -----

Por isso, solicito ao senhor presidente da Câmara que nos esclareça se o empréstimo que estamos agora a aprovar é investimento ou contração de dívida.”-----

--- O deputado **Mário Balsa (PS)** interveio nesta altura para esclarecer que se trata de um empréstimo para alteração de iluminação pública, com retorno assegurado.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra **ao Sr. Presidente da Câmara**, que esclareceu que o documento apresentado aos Srs. Deputados é uma proposta para a Câmara Municipal fazer uma operação de financiamento no montante que é indicado, com o objetivo de realizar um investimento, como também está indicado, na área da eficiência energética. A pergunta considera-se respondida no documento. Trata-se de uma operação de financiamento, e essa parte é uma contração de dívida, para a realização de um investimento. As provas estão dadas e os resultados já foram conseguidos.-----

--- O deputado **Carlos Silva (PSD)** pediu para intervir pela última vez neste assunto, referindo estar de acordo com o que o Sr. Presidente da Câmara acabou de dizer, que isto é, de facto, uma contração de dívida para investimento. Deu como exemplo um artigo de jornal onde consta uma notícia de que a Câmara Municipal da Lourinhã inaugurou investimentos de mais de 1,2 milhões de euros na requalificação de Escolas e do Pavilhão Polidesportivo, o que é, de facto, um investimento para o bem público, do ambiente, das pessoas e da cidade, todos estamos de acordo. Ninguém está contra o facto de ser uma contração de dívida, é uma contração de dívida para o bem público.-----

O anterior executivo também fez uma contração de dívida, para investimento nas Escolas e no Desporto. Referiu ficar satisfeito que o Sr. Presidente da Câmara tenha reconhecido – porque é verdade – que esta é uma contração de dívida para o bem público e, portanto, o PSD irá votar a favor da contração deste empréstimo, porque é um investimento que, embora vá criar mais dívida, é para o bem da cidade.-----

--- **Manuel Martins (PS):** “Decorrem ainda as obras na Pista de Atletismo José Canelo, obras essas que, de acordo com o caderno de encargos, já deviam ter terminado.-----

Enquanto munícipe, pai de uma atleta e vice-presidente de uma associação utilizadora desse espaço, preocupado com a questão, procurei saber o porquê desta situação.-----

Ora, segundo apurei, a obra esteve parada por um grande período de tempo porque houve necessidade de contratar trabalhos a mais. -----

Em concreto, era suposto existir uma caixa de inertes e tout-venant com cerca de 15 cm de profundidade, onde assentaria o betuminoso, que é a base da pista, e em cima do qual seria aplicado o piso desportivo final.-----

Ora, no decurso desta intervenção, foi constatado que a camada de betuminoso era quase nula, e a caixa de inertes não existia. Aparentemente, isto não foi detectado no decurso da construção da pista!-----

Ora, isto é grave! Porque, segundo parece, isto contraria as boas regras de construção. E ninguém se apercebeu?-----

Leva-nos a pensar: E as restantes obras do período de governação do PSD também foram realizadas assim?”-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE-----

--- O ponto número nove foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO DEZ-----

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO – ANO 2021, ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo tratar-se de: -----

a) Autorizar o Município a fazer a consulta, a pelo menos 3 instituições financeiras, sobre as condições de um empréstimo de curto prazo em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 500.000€ de utilização e com prazo máximo de reembolso até 31/12/2021; -----

b) Autorizar a contratação deste financiamento à entidade bancária que apresente as melhores condições para o Município em termos de custo. -----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por maioria, na reunião extraordinária realizada em 27 de novembro de 2020.-----

--- Sobre este ponto foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)** que referiu ser um bom ato de gestão, propondo que se encurtem mais os prazos de pagamento.-----

--- **Manuel Faria (PSD):** “Votamos contra, uma vez que a manutenção de alguns impostos em sede de orçamento já preveem um reforço importante da tesouraria corrente.”-----

--- Dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, este esclareceu que se trata de um mero ato de boa gestão. Temos feito, desde o início, estes empréstimos de curto prazo por uma simples razão: é muito mais barato a Câmara contrair este financiamento, que será sempre pago no final do ano, de acordo com a Lei, do que pagar com atraso aos fornecedores. No final deste ano teremos uma média de pagamento inferior a 45 dias, ao contrário dos 250 dias ou mais que eram praticados pelo anterior executivo.-----

No tempo do PSD, a dívida do Município passou de 6,9 milhões para 15,7 milhões. No final deste ano teremos uma dívida inferior a 7,5 milhões, e temos feito os investimentos que estão à vista de todos. A maior parte das despesas da Escola Ruy d’Andrade, a totalidade da Escola do Bonito e ainda uma parte da Escola da Zona Verde foram pagas por este executivo. O negócio dos dois campos sintéticos foi feito através de um loteamento que ainda estamos a tentar resolver. Enquanto Presidente da Câmara, respondo pelas boas e más decisões tomadas pelo Município.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DEZ-----

--- O ponto número dez foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos contra do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO ONZE-----

ORÇAMENTO 2021 E GOP 2021/2024 – MAPAS DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA 2021, ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo que todos os Srs. Deputados receberam toda a documentação relativa ao mesmo, o qual foi aprovado, por maioria, na reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada em 27 de novembro de 2020. De seguida questionou quem pretende fazer intervenções sobre este ponto.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Carlos Matias (BE):** “Reconhecemos alguma dificuldade na elaboração de um Orçamento e Plano de Atividades no atual quadro pandémico, com consequências ainda imprevisíveis nos

planos sanitário, económico e social. Estas crises de amplitude e duração desconhecidas dificultam a estimativa de algumas receitas, muito dependentes da evolução económica. Muitas dificuldades que atingem as famílias e as empresas são já conhecidas. Como complemento das respostas dadas a outros níveis e também por outros protagonistas, tomámos a iniciativa de propor uma ligeira baixa da taxa do IMI e uma efetiva baixa da taxa da derrama. As receitas de que o Município abdicaria seriam orçamentalmente comportáveis e um apoio para a sobrevivência à crise nas famílias e nas empresas. As nossas propostas não foram aceites e não deixamos de ponderar essa recusa na avaliação e votação deste Orçamento e destas opções. A propósito, acompanhamos boa parte das Opções de Investimento que foram tomadas e que estão plasmadas nestes documentos. É o caso da Requalificação Urbana, da construção da Nova Esquadra, do aumento de Eficiência Energética e do aumento de Eficiência Hídrica da Rede de Água. -----

Como forma de mitigar os efeitos das alterações climáticas, cremos ser tempo de elaborar e executar um Plano de Arborização da Cidade para amenizar a acentuada agressividade do clima nalgumas épocas do ano.-----

Os subsídios às Associações e coletividades continuam com cortes impostos do tempo da gestão do PSD, continuando a fazer moessa na vida associativa. Este ano, as Associações e Clubes não contaram com as receitas habitualmente conseguidas nas Festas de S. João e da Cidade. E ninguém sabe como será o ano de 2021. As perspetivas não são muito animadoras. O executivo deveria ter tido isso em conta e no mínimo repor os subsídios ao nível anterior.-----

A revisão do PDM continua atrasada, embora conste no Orçamento a verba do costume.-----

A construção de uma nova Biblioteca é aberta no Orçamento com 50 mil euros. Deduzimos que sejam para o projeto. A concretização fica à mercê da União Europeia, o que nos faz reacear.

Estão inscritas 26 hortas urbanas. Para além dos aspetos económicos, lúdicos e sociais, têm uma vertente cívica e ambiental.-----

Na habitação, o Município deveria ter uma intervenção mais forte, como dinamizador e regulador do mercado de arrendamento.-----

Registamos a ausência de perspetivas do Centro de Convívio na Zona Sul e para a Casa da Juventude.”-----

--- **Carlos Silva (PSD):** Referiu lamentar que um conjunto de 4 medidas proposto pelo PSD tenham sido recusadas para integrar este orçamento.-----

--- **António Miguel (PS):** “Relembrando que é através do orçamento municipal que as prioridades escolhidas pelos cidadãos no momento do voto são transformadas em ações concretas do município na prestação dos serviços essenciais à população entroncamentense. São elaboradas metas que são perseguidas insistentemente pela gestão municipal com um rumo, com uma visão e com uma estratégia, para que tenhamos uma cidade cada vez melhor.-----

O Orçamento e as GOP (Grandes Opções do Plano) são documentos estruturais de gestão nos diversos domínios de atividade (económico, social, cultural, desportivo, turístico...), definidos e aprovados anualmente pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal. A filosofia subjacente à sua elaboração tem como missão a melhoria das condições de vida dos munícipes e a defesa de interesses que visam o desenvolvimento sustentado do concelho.-----

A maioria Socialista, com a responsabilidade de gerir o Município, apresentou um orçamento realista no montante de 23.361.315€ (vinte e três milhões, trezentos e sessenta e um mil, trezentos e quinze euros).-----

Senhoras e Senhores Deputados -----

Importa fazer aqui um pouco da história da construção do presente orçamento.-----

No dia 2 de novembro último foi solicitado aos senhores vereadores da oposição sugestões, propostas.-----

No dia 20 novembro realizou-se uma reunião com a generalidade dos partidos da oposição que têm assento nesta Câmara.-----

No dia 23 de novembro realizou-se uma reunião com o PSD.-----

Nenhum partido apresentou em tempo, com exceção de uma medida do CDS que foi incorporada.-----

Dia 24 novembro foi enviada a versão final do orçamento aos Senhores Vereadores, incluindo naturalmente os do PSD.-----

Pasme-se Senhoras e Senhores Deputados que o PSD às 23H03 do dia 24 de novembro apresenta umas medidas avulso sem qualquer quantificação, “só se esqueceram de enviar para a Comunicação Social”. Prática em que é recorrente, lamentavelmente.-----

Diga-se que algumas já se encontram implementadas e outras são para suprir erros de projetos do tempo da sua nefasta gestão.-----

Já chega de demagogia!!-----

A realidade todos os dias desmente a narrativa da oposição e em particular do PSD.-----

Este orçamento assenta em critérios de economia, eficácia, eficiência e serviço público, o executivo mantém a gestão rigorosa e contida das despesas públicas locais, no entanto é um orçamento com grande ambição ao nível do investimento, reorientando as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro apesar da situação pandémica em que nos encontramos.-----

Uma dívida, herdada da gestão do PSD, de 15,7 milhões de euros que, em 2020, graças ao esforço da gestão do PS, atingirá valores na casa dos 7 milhões de euros, i.e., atinge-se mais de metade da dívida paga.-----

O orçamento é baseado em grande rigor e inclui um programa de investimento ambicioso. Em 2021 continuando a reduzir as dívidas a médio e longo prazo e prevendo uma amortização da dívida no valor de um milhão e quatrocentos mil euros. Por outro lado, há um esforço para fazer investimento, em áreas que procuram responder às necessidades das pessoas e da cidade, sem aumentar taxas e impostos municipais.-----

Releva-se ainda que 43,73% das dotações deste orçamento são para funções sociais, aliás este foi desde sempre um compromisso que tivemos com os municípios.-----

Este orçamento prevê 9.555.614 € de investimento o que significa um aumento de 23,26% em relação a 2020, distribuídos em projetos de funções gerais da administração pública, como equipamentos, serviços, segurança e ordem pública no valor de 1.213.009 €, de funções sociais, em áreas como educação, cultura, águas, coesão social, entre outros, no valor de 4.173.324 € e de funções económicas como eficiência energética, rede viária e arruamentos e transportes rodoviários no valor de 4.164.281 €.-----

Que se destaca os seguintes projetos do Plano Plurianual de Investimentos:-----

- Parque Empresarial do Entroncamento-----
- Projeto de Eficiência Hídrica-----
- Requalificação Urbana Espaço Público, Equipamentos e edificado nos Bairros Sociais – ARU 3-----
- Eficiência Energética – Piscinas Municipais-----
- Edifício para Força de Segurança – Esquadra da PSP-----
- Requalificação do Espaço Público ARU 1-----
- Conclusão das obras de urbanização da Urbanização da Quinta da Capela (Font Algarve) com recurso à caução prestada pelo loteador-----
- Promoção da acessibilidade inclusiva-----
- Requalificação do Bairro do Boneco-----
- Mobilidade Urbana e Ciclável-----
- Reabilitação do Edifício Escolas das Tílias-----

- Requalificação/Construção de nova centralidade-----
- Rede viária, Arruamento, Estacionamento e Passeios- Grandes reparações ou benfeitorias----
- Requalificação da Pista de atletismo José Canelo-----
- Substituição de ramais domiciliários da rede de abastecimento-----
- Substituição da rede de drenagem de águas (Rua Estados Unidos da América e ARU 3)-----
- Requalificação espaço público Bairro Camões-----
- Arranjo Urbanístico do Jardim Afonso Serrão Lopes (Zona Verde)-----
- Nova Biblioteca Municipal-----
- Rotundas, espaços verdes e outras instalações-----
- Parques Infantis – Grandes reparações ou benfeitorias-----
- Habitação Social – Grandes reparações ou benfeitorias-----
- Infraestruturas urbanas loteamento municipal Rua Eng. Ferreira Mesquita ao Bairro de Camões
- Arranjos estruturais no Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner.-----

Reforço aqui:-----

- o programa de eficiência energética, com a substituição de cerca de 55% da iluminação pública, até ao presente, por LED's de que resulta uma poupança anual de 230.000€ acrescido com outras intervenções com o subterrâneo atinge cerca de 250,000€ por ano. Reduzindo deste modo a pegada ecológica.-----

- o programa de eficiência hídrica e a estratégica de modernização do sistema de saneamento, permitiu não refletir o aumento das taxas junto dos municípios, com claros ganhos financeiros na sua fatura mensal. Isto é ter visão estratégica. -----

Senhores Deputados -----

Regista-se ainda que devido ao grande esforço do pagamento da dívida herdada do PSD, finalmente em 2021 prevê-se atingir o equilíbrio orçamental, i.e., o total da receita corrente bruta é superior ao total da despesa corrente adicionada das amortizações médias de empréstimos a M/L prazos, apurando neste caso margem superior a 1 milhão de euros.-----

Em suma o orçamento de 2021 contempla uma política clara de manutenção e equilíbrio económico e financeiro do Município focada num investimento estrutural de desenvolvimento do concelho, com a requalificação, a reabilitação urbana e mobilidade como farol, i.e. ter um RUMO.-----

E o melhor elogio que se pode dar ao executivo, utilizando a argumentação do PSD, com a devida vénia, a excelente qualidade da informação prestada pelos colaboradores/técnicos do Município, socorro-me da constante na memória descritiva... “Apesar dos condicionalismos que esta pandemia veio trazer, este executivo já demonstrou a sua capacidade de fazer obra no presente sem hipotecar o futuro, de fazer mais com menos e de honrar os seus compromissos”.-----

Temos um ciclo de confiança a que se tem de dar continuidade para 2021. O Município do Entroncamento pretende dar sequência a um trabalho com VISÃO de futuro e base sólida no passado recente. Com a ambição de potenciar o desenvolvimento do concelho, sempre com a solidiedade e qualidade de vida dos municípios no centro das decisões.”-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)**: Este não é um orçamento perfeito, mas é equilibrado. É um bom orçamento, tecnicamente bem apresentado. Inclui algumas obras que não foram feitas, consequência da pandemia. Congratulamo-nos com a inclusão da proposta apresentada pelo CDS-PP, no sentido de implementar o sistema de vídeo-vigilância na cidade, o que trará uma melhoria à qualidade de vida dos municípios. É também um Orçamento excelente na vertente social.-----

--- **António Ferreira (CDU)**: Deixou um elogio aos funcionários que sempre nos habituaram a apresentar estes documentos em condições. Em termos de investimento, não podemos negar que alguma coisa tem sido feita nos últimos tempos, embora lamente o abandono de alguns serviços, como a limpeza e resíduos sólidos.-----

--- **Ricardo Antunes (PS)**: É um orçamento com incentivos à reabilitação urbana e ao setor de habitação. E neste campo há neste momento uma série de investidores no concelho, nomeadamente no Património Ferroviário.

--- **Manuel Faria (PSD)**: “Este aparenta ser um orçamento equilibrado quando o entendemos como um instrumento técnico de apoio à distribuição de custos fixos e receitas fixas, ou seja, consiste na distribuição e transferência de rubricas fixas do ano N para o ano N+1. No que ao variável diz respeito, Grandes Opções do Plano, Atividades Mais Relevantes e algumas despesas correntes variáveis, e é aqui que se verificam as escolhas e prioridades do Executivo, o orçamento mostra muitos desequilíbrios. A página referente à introdução do orçamento refere explicitamente 2 coisas: -----

1 – Este é um orçamento ambicioso porque o concelho o permite, mas realista dada a situação económica; -----

2 - Vamos fazer mais com menos sem hipotecar o futuro do concelho. Ora convém referir o seguinte face a esta introdução do documento: -----

- Chegámos a 2020 depois de uma conjuntura económica sem precedentes. Ainda em 2019, a dívida dos municípios portugueses baixou em média 8,3%. E mesmo assim estamos ainda e iremos continuar nos percentis menos positivos em termos da execução das receitas, da execução das despesas e do prazo médio de pagamentos. -----

- Por outro lado, em 2020, continuamos a contrair dívida para realizar investimentos; continuamos a ter fortes cativações do governo central é certo (e por isso, continuámos com muitos anúncios e nenhuma concretização como a nova Esquadra da PSP); continuamos a ter inexplicáveis cativações locais e muitas despesas essenciais que não se concretizaram, ora por força da crise pandémica ora por outras razões da exclusiva responsabilidade do Executivo. E até mantivemos receitas importantes decorrentes dos rendimentos das famílias e de algumas empresas que felizmente não foram muito afetadas pela crise pandémica ou pelo enorme esforço que tiveram de fazer para sobreviver a esta crise.-----

QUANTO A INVESTIMENTOS: -----

- A expressão “fazer mais com menos”, também pode significar “fazer muitas vezes mal com mais ou menos”. Os factos recentes e presentes mostram claramente que:-----

- Basta ver o estado das nossas ruas, passeios, estradas e equipamentos;-----

- Não souberam gerir e concretizar o Projeto da Estrada da Barroca;-----

- Fizeram projetos aquém do seu potencial e propósito como a renovação da zona de alimentação do mercado diário com graves problemas de climatização, conforto e atratividade, ou o Cine S. João, com várias limitações no número de espectadores e no tipo e configuração das produções; - Decidiram fazer projetos nas áreas dos bairros sociais complexos depois de passarem 7 anos em loop, em jeito de CM TV, a criticar aqueles que outrora acabaram com as barracas no Entroncamento. Isto é no mínimo paradoxal, irónico e de muita hipocrisia;-----

- Fizeram projetos em cima do joelho com danos de milhares de euros para proprietários da nossa cidade como os causados pelas cheias derivados da construção da ciclovía e fecho da ribeira de Santa Catarina; -----

- Fizeram projetos em nome exclusivamente, pessoal de valor duvidoso e muito subjetivo, alegando uma memória ferroviária (muitas vezes eleitoralista) na qual não se investiu durante anos por mero preconceito “feito” e pessoal contra quem tornou possível o MNF;-----

- Andam muitas vezes a reboque, sem uma visão estratégica, das oportunidades de financiamento europeu;-----

- Dependem MUITO do investimento privado que não precisa nada do Executivo para decidir sobre a viabilidade e sustentabilidade de um negócio;-----

- Anunciam projetos de outros (incluindo de entidades respeitadas da nossa cidade) como sendo seus; -----

- Anunciam projetos de privados ainda em estudo, sem que tenha havido sequer qualquer contacto com o Executivo. -----

QUANTO A RECEITAS:-----

- Este orçamento é mais otimista do que ambicioso num contexto possivelmente adverso e quando prevê um aumento das receitas em 9,5% dependente quase exclusivamente das “Taxas, Multas e Outras Penalidades” previstas cobrar sobre investimentos de privados em negócios completamente fora da esfera e iniciativa do Executivo, e quando muitos ainda estão em estudo; É igualmente um orçamento otimista e muito dependente de outros porque prevê um aumento de 16,7% da receita das transferências correntes ou da venda de bens de investimento em 22%;-----

- Mas muito interessante, também, é ver o aumento previsto das receitas à custa do aumento significativo do Passivo Financeiro. Este vai subir 32,6%, em numerário mais ou menos 493.000 euros. É assim que se aumentam as receitas segundo este Executivo. -----

QUANTO A DESPESAS: Tirando as despesas fixas, vamos então a algumas das escolhas do Executivo:-----

- Num ano crítico, onde está o devido investimento na saúde?-----

- Onde estão as verbas adequadas para a manutenção dos nossos equipamentos escolares, quando se prevê gastar só no jardim Afonso Serrão Lopes 60.000 euros? Os nossos alunos não merecem uma pala para se protegerem da chuva e do sol ou uma climatização adequada à sua saúde e bem estar?-----

- 60.000 euros é mais do que o total previsto para rotundas, espaços verdes e outras instalações; ou mais do que o previsto para Redes Viárias, Arruamentos, Estacionamento e Passeios, fora dos projetos específicos a estender em 4 anos. -----

- Projeto Rail Fest – 37.200 + 55.000 € ou 85.000,00 €, de acordo com o documento analisado... onde a “bota não bate com a perdigota”; -----

- Numa análise por grupos das Atividades Mais Relevantes para 2021: Educação e Cultura com valores aproximados na ordem dos 400 mil euros cada. Educação é quase uma obrigação quando o poder central do PS falha e transfere competências sem envelope financeiro... agora o valor para a cultura, nomeadamente para festas e bolos para enganar os tolos, percebe-se muito bem como água transparente;-----

- Desporto e Saúde são parentes pobres com totais na ordem dos 90 a 100 mil euros cada. Juventude apenas 5.000,00 € e turismo 500,00 €.” -----

--- O deputado **Carlos Silva, do PSD**, pediu a palavra para referir que, para além de outros argumentos apresentados pelo companheiro de bancada Manuel Faria, o PSD iria votar contra esta proposta de orçamento para 2021 porque, de todas as propostas apresentadas pelo PSD para melhoria do mesmo, nenhuma foi aceite pelo Executivo.-----

“O PSD foi o último partido a ser recebido pelo senhor Presidente da Câmara para tomar conhecimento do documento em causa. Dois dias depois, o PSD apresentou cerca de uma vintena de medidas, repartidas por quatro grandes grupos de intervenção, a saber: de apoio às famílias, de apoio ao comércio e serviços locais, de apoio às associações e coletividades e de investimento público, estas divididas em obras de requalificação do parque escolar e de algumas artérias da rede viária.-----

Nem uma única foi acolhida pelo senhor Presidente da Câmara. A população e o concelho ficam a perder, por isso o PSD irá votar contra esta proposta de orçamento para 2021.”-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO ONZE-----

--- O ponto número onze foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos contra do Partido Social Democrata, três abstenções do Bloco de

Esquerda, um voto contra da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Centro Democrático Social, e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO DOZE-----

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL APROVADO PARA 2020, ao abrigo do disposto no art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo tratar-se de uma alteração ao Mapa de Pessoal do Município aprovado para 2020, de modo a regularizar os lugares necessários para as contratações efetuadas a Termo Resolutivo na categoria de Assistente Operacional.-----

--- Não tendo havido intervenções sobre este ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou de imediato o assunto à votação.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOZE-----

--- O ponto número doze foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO TREZE-----

MINUTA DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL N.º 3, ao abrigo do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo tratar-se de uma Proposta relativa à Minuta do Acordo de Mutação Dominial para a Desclassificação da Estrada Nacional n.º 3, com vista à integração na rede viária do Município do Entroncamento dos troços de estrada da EN3 entre o km 80,671 e o km 84,081 e da EN3-7 entre o km 0,000 e o km 0,468, na extensão total de 3,878km e trata-se de deliberar relativamente aos seguintes pontos:-----

a) Aprovar a minuta do Acordo de Mutação Dominial e esboço corográfico; e-----
b) Mandatar o Sr. Presidente da Câmara, conforme competências previstas no artigo 35.º n.º 1 alínea b) e n.º 2 alínea f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para outorgar o referido Acordo em representação do Município do Entroncamento.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, na reunião ordinária realizada em 9 de dezembro de 2020.-----

--- Sobre este ponto foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Pedro Santos (BE):** “Esta é uma matéria de deliberação antiga, que neste momento poderá ficar mais perto da sua regularização processual. Mas gostaria de obter da parte do Sr. Presidente da Câmara um esclarecimento prévio. O Viaduto Eugénio Dias Poitout está incluído neste troço de estrada. E é, como todos sabemos, uma estrutura pesada e algo complexa, cuja manutenção se nos afigura tecnicamente e financeiramente exigente.-----

Porque este assunto se nos afigura preocupante, perguntamos:-----

- A manutenção do Viaduto Eugénio Dias Poitout fica a cargo da Câmara Municipal?-----

- Caso assim seja, há alguma estimativa dos encargos que o município terá?”-----

--- **António Ferreira (CDU):** Esta foi mais uma transferência de competências para o Município com as respetivas despesas. A EN3 tornou-se a única alternativa à A23. As estradas nacionais devem ser assumidas pelo Estado. Há neste processo responsabilidades do PS e do PSD.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP):** A negociação poderia ter incluído o viaduto Eugénio Dias Poitout. Estamos receosos com a sua manutenção.-----

--- **O Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra para esclarecer que a Câmara tentou efetivamente negociar a inclusão do viaduto, o que não foi possível, dado que são estruturas

propriedade das Autarquias. O viaduto Eugénio Dias Poitout pertence à Câmara do Entroncamento desde 1969. Temos também o viaduto do norte, que nunca foi património da JAE, tendo a sua desclassificação sido operada na década de 90. Todos os troços da EN3 já são municipais. Estamos agora a fazer a transferência do troço da velha estrada que passava na Passagem de Nível. O negócio não é bom para a Câmara, mas favorece mais os munícipes.---

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TREZE-----

--- O ponto número treze foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto contra da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO CATORZE-----

MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ALCANENA, CHAMUSCA, CONSTÂNCIA, ENTRONCAMENTO, FERREIRA DO ZÊZERE, GOLEGÃ, TOMAR, TORRES NOVAS E VILA NOVA DA BARQUINHA E A RSTJ – GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, EIM, SA, ao abrigo do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo tratar-se de aprovar a minuta do contrato de Gestão Delegada para prestação de serviços de Gestão e Tratamento de Resíduos Urbanos entre os Municípios de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha e a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, SA, mandatando o Sr. Presidente da Câmara para outorga do contrato em representação do Município.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por unanimidade, na reunião ordinária realizada em 9 de dezembro de 2020.-----

--- Sobre este ponto foi feita a seguinte intervenção:-----

--- **Ricardo Antunes (PS):** É favorável para o Município estar inserido num sistema de gestão em alta de resíduos, há ganhos claros nesse processo, nomeadamente por razão de escala, dado que a RSTJ tem sempre viaturas disponíveis e a frota do Município estava envelhecida.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CATORZE-----

--- O ponto número catorze foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos contra do Bloco de Esquerda, um voto contra da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Centro Democrático Social e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO QUINZE-----

PROPOSTA DA AUTORIZAÇÃO DA HASTA PÚBLICA DO ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE CAMPOS DE PADEL, NO MODELO DE CONCESSÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO, ao abrigo da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo tratar-se de autorizar o Município a colocar em hasta pública a conceção, construção e exploração para instalação de dois campos de Padel, podendo ser três, e respetivas instalações de apoio em terreno municipal localizado na Rua Gil Eanes (jardim) por um período de 30 anos com contrapartidas financeiras, revertendo o equipamento no final para Câmara Municipal, sem ónus ou encargos, acrescentando um protocolo de prestação de serviços gratuitos no âmbito do Padel Escolar e a manutenção e limpeza dos espaços verdes adjacentes por iguais períodos.-----

--- A Câmara Municipal aprovou este assunto, por maioria, na reunião ordinária realizada em 9 de dezembro de 2020.-----

--- Sobre este ponto foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Pedro Santos (BE):** “O aumento da oferta de espaços desportivos é bom para a cidade e para os seus habitantes. Neste caso, a construção de dois ou três recintos para a prática de padel tem a vantagem de diversificar a oferta com uma nova modalidade, que tem um número crescente de praticantes. Assim é bom que se acolha e privilegie também o desporto escolar, em toda a oferta municipal. cremos, no entanto, que será preferível manter estes espaços sob gestão municipal, permitindo uma gestão integrada e articulada de todas as infraestruturas desportivas. Temos reservas quanto à generosa delimitação para utilização privada dos espaços adjacentes aos campos de padel. Apesar das reservas, não nos oporemos a que este processo avance.”-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP):** Embora achemos que poderia ser feito perto dos campos desportivos, é um investimento bem vindo.-----

--- **Manuel Faria (PSD):** “Votamos naturalmente a favor, até porque esta era uma proposta do Programa do PSD, mas gostaríamos de referir que este não é local mais indicado, quando temos um parque desportivo, por um lado, e quando a aposta no desenvolvimento urbano passa pela criação de centralidades alinhadas com a estratégia de mobilidade sustentável e não com outras ideologias que afastem as pessoas dessas centralidades e vias de acesso.----- Não concordamos igualmente com o prazo de 30 anos para esta concessão dado o baixo investimento exigível para este equipamento, assim como o seu contrário, ou seja o tipo de construção que não irá permitir uma rentabilização do mesmo quando as condições atmosféricas não forem as adequadas.”-----

--- **António Ferreira (CDU):** Há muitos pontos de interrogação neste processo, além de que está numa zona de superfícies comerciais.-----

--- **Manuel Martins (PS):** Trata-se de um equipamento que traz vantagens para o Município e para os munícipes. É um desporto novo para a cidade.-----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUINZE-----

--- O ponto número quinze foi aprovado por maioria, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três abstenções do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, uma abstenção da CDU e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

PONTO NÚMERO DEZASSEIS-----

INFORMAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA A 30 DE JUNHO DE 2020.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia introduziu este ponto, presente para conhecimento, referindo que se trata da Informação do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica e financeira do Município a 30 de junho de 2020.-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Todas as deliberações desta Sessão Ordinária foram tomadas em minuta, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram duas horas do dia 19 de dezembro de 2020.-----

--- A presente ata, depois de lida e visada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária:

Elaborada por:
Laura Vergamota